

# HISTÓRIA E CULTURAS

## ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA NA ESCOLA E O PAPEL DO PROFESSOR/HISTORIADOR

Éder da Silva Novak<sup>1</sup>

Luís César Castrillon Mendes<sup>2</sup>

**Resumo:** A partir das atividades desenvolvidas no Projeto de Extensão “Aproximando universidade e escola, teoria e prática: oficinas de história e cultura indígena nos campos de estágio”, este artigo objetiva abordar ensino/pesquisa/extensão, articulando universidade/escola e teoria/prática, a fim de reforçar a formação inicial dos acadêmicos e produzir conhecimento sobre a temática História e Cultura Indígena. As sondagens, em quatro escolas selecionadas, pertencentes ao município de Dourados - MS, mostraram que ainda persistem discriminações, estereótipos e preconceitos aliados a certo desconhecimento sobre a temática. Os primeiros resultados, após as oficinas, foram promissores ao verificar que os estudantes sorveram alguns conceitos e pressupostos sobre o tema, bem como abriu-se novas possibilidades para o Ensino de História.

**Palavras-chave:** Ensino de História; História Indígena; Extensão Universitária; Ensino Médio.

**Abstract:** Based on the activities developed in the Extension Project “Bringing university and school closer together, theory and practice: indigenous history and culture workshops in internship fields”, this article aims to address teaching / research / extension, articulating university / school and theory / practice, in order to strengthen the initial training of academics and produce knowledge on the theme of Indigenous Culture and History. Surveys in four selected schools, belonging to the municipality of Dourados - MS, showed that discrimination, stereotypes and prejudices still exist, coupled with a certain lack of knowledge about the theme. The first results after the workshops were promising when verifying that the students absorbed some concepts and assumptions about the theme, as well as the opening of new possibilities for the Teaching of History.

**Keywords:** History teaching; Indigenous History; University Extension; High school.

### Palavras iniciais

Este artigo é resultado do projeto de extensão intitulado “Aproximando universidade e escola, teoria e prática: oficinas de história e cultura indígena nos campos de estágio”, desenvolvido

---

<sup>1</sup> Doutor em História. Professor do Curso de Graduação e Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: [cdernovak@ufgd.edu.br](mailto:cdernovak@ufgd.edu.br).

<sup>2</sup> Doutor em História. Professor do Curso de Graduação e Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: [luismendes@ufgd.edu.br](mailto:luismendes@ufgd.edu.br).

# HISTÓRIA E CULTURAS

nos anos de 2018 e 2019, na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Importante enfatizar que o projeto continua em andamento em 2020. O objetivo é que seja de fluxo contínuo, atendendo cada vez mais escolas e mais alunos de Dourados – Mato Grosso do Sul e em toda a sua microrregião.

A proposta do projeto consistiu em articular ensino/pesquisa/extensão, aproximando universidade/escola e teoria/prática, reforçando a formação inicial dos acadêmicos e produzindo conhecimento sobre a temática história e cultura indígena. Conquanto, integraram a equipe docentes e alunos do curso de graduação e de pós-graduação em história da UFGD. Os discentes da graduação cursavam a disciplina de História Indígena (primeiro semestre) e Estágio Supervisionado em História I (quinto semestre). Já os da pós-graduação eram vinculados à linha História Indígena e do Indigenismo.

Enfatiza-se a obra que embasou todo o projeto de extensão: “Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e história dos povos indígenas”, das autoras Célia Collet, Mariana Paladino e Kelly Russo, publicada em 2014<sup>3</sup>.

Um agradecimento especial a todos os participantes do projeto de extensão edição 2018 e 2019, a todas as escolas estaduais participantes e seus gestores, coordenadores, professores e demais funcionários e a todos os alunos do primeiro ano do ensino médio que participaram das oficinas e responderam as sondagens e os questionários.

O objetivo deste artigo é trazer as informações, metodologias, resultados e análise dos documentos provenientes do projeto de extensão “Aproximando universidade e escola, teoria e prática: oficinas de história e cultura indígena nos campos de estágio” desenvolvido no biênio 2018/2019, pelo curso de História da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados (FCH/UFGD)<sup>4</sup>.

## I. História e cultura indígena: uma forma possível de descolonizar o pensamento

Grande parte da historiografia brasileira omitiu/excluiu o protagonismo indígena dos processos sócio-históricos, seja pelos princípios metodológicos ou mesmo pelas diferentes

---

3 COLLET, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. *Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e história dos povos indígenas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; Laced, 2014.

4 ACERVO LABHIS. Projeto de extensão – Aproximando universidade e escola, teoria e prática: oficinas de história e cultura indígena nos campos de estágio. Edição 2018/2019. Laboratório de Ensino de História, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados (LABHIS/FCH/UFGD), 2018/2019.

# HISTÓRIA E CULTURAS

intencionalidades em ocultar a participação das diversas etnias na história do Brasil. Entretanto, na segunda metade do século XX, devido, sobretudo, às estratégias e políticas do próprio movimento indígena no Brasil, estreou-se uma diferente perspectiva na elaboração das narrativas históricas, incluindo a agência dos povos indígenas.

Essa historiografia renovada, sobretudo, nas últimas décadas, contempla o indígena não mais como mero participante e em momentos pontuais da história do Brasil, mas apresenta-o enquanto agente sócio-político-histórico. Nas universidades e centros de pesquisa essa nova historiografia despertou um maior interesse por parte dos estudiosos, o que possibilitou um crescente número de especialistas na área de história indígena, inclusive com intelectuais indígenas, com maior produção acadêmico-científica a ela relacionada.

Essa nova maneira de apresentar a história indígena possui uma estratégia de pesquisa interdisciplinar, contando com métodos e dados de várias disciplinas como História, Antropologia, Arqueologia, Linguística, Geografia, Ecologia, dentre outras, além das memórias e dos etnoconhecimentos das diversas etnias presentes no Brasil. Essa interdisciplinaridade é fundamental para que as novas abordagens se diferenciem da chamada história tradicional, aos moldes do historicismo prussiano do século XIX, que opera basicamente pelo uso dos códigos e das categorias explicativas ocidentais do conhecimento, trazendo como grande protagonista o estado-nação branco, cristão, eurocentrado, machista, racista, andrógino e misógino, ignorando as diversas historicidades e matizes de registro e compreensão da história.

Monteiro<sup>5</sup> defendia há aproximadamente três décadas um duplo desafio para a história indígena: recuperar o indígena como sujeito histórico e repensar a história do Brasil com a incorporação das narrativas (memórias) dos indígenas sobre os fatos/eventos.

Dessa forma, no Brasil foram quase cinco séculos de políticas indigenistas que buscaram eliminar os indígenas e anular sua identificação étnica, por meio de violências físicas ou simbólicas, promovendo uma redução drástica da sua população. Contudo, nas últimas três décadas vem ocorrendo um aumento demográfico entre os índios, graças à articulação do Movimento Indígena e suas conquistas obtidas na Constituição Federal de 1988, nas áreas da saúde, educação e demarcação de terras, como também a valorização da diversidade cultural e o reconhecimento da alteridade étnica.

Desde a colonização do Brasil, políticas de Estado vêm sendo executadas no sentido de assimilar os indígenas à sociedade brasileira e anular sua identificação étnica. De fato, até a Constituição Federal de 1988, a legislação existente entendia

---

5 MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 221-236.

# HISTÓRIA E CULTURAS

os indígenas como uma categoria transitória, que mereceria proteção do Estado até que eles adquirissem os “hábitos e costumes dos brasileiros”. Tal perspectiva mudou com essa Constituição, que garante aos povos indígenas o direito de manter suas formas de organização social, costumes e tradições diferenciadas<sup>6</sup>.

No que tange a educação, além da garantia de uma educação escolar indígena intercultural e bilíngue para as comunidades indígenas, ocorreram transformações pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), que acabaram culminando na Lei 11.645/2008, tornando obrigatório o ensino de história e cultura indígena nas escolas, buscando demonstrar o protagonismo indígena na formação histórica do Brasil<sup>7</sup>.

Porém, é importante advertir que a promulgação da referida lei só foi possível graças aos voluntarismos de alguns professores e professoras nos cursos de graduação e pós-graduação, bem como nas escolas da educação básica e aos esforços e protagonismo assumidos pelos movimentos sociais, especialmente os povos indígenas, que reivindicaram “a luta contra todas as formas de discriminação e preconceito” como elementos determinantes<sup>8</sup>.

Embora de forma lenta e gradual e enfrentando forte resistência, essa obrigatoriedade acabou promovendo mudanças nas grades curriculares dos cursos de licenciatura e no Ensino Fundamental e Médio, bem como nos livros didáticos, além da realização de cursos de formação continuada sobre a temática. Vale destacar, novamente, as ações iniciais e voluntárias de alguns professores e professoras das universidades, bem como nas escolas da educação básica. Por outro lado, é de conhecimento que essas mudanças são lentas, enfrentam resistências no jogo das relações políticas e “como se sabe, uma lei pode tornar-se letra morta quando sua aplicabilidade representa mais um problema do que uma solução”<sup>9</sup>.

O projeto de extensão em questão visou à desconstrução de preconceitos em relação aos povos indígenas, levando a historicidade e a diversidade cultural das etnias, especialmente do Mato Grosso do Sul, aos estudantes do primeiro ano do ensino médio das escolas estaduais de Dourados. Outrossim, colaborou com a efetivação da Lei 11.645/2008, almejando a compreensão da história dos povos indígenas e suas lutas em defesa das suas formas de vidas e dos seus territórios, para a concretização da vida material de suas comunidades, assim como do convívio democrático entre

6 COLLET, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. *Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e história dos povos indígenas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; Laced, 2014.

7 Para mais detalhes sobre a implantação da Lei 11.645/2008 ver: SILVA, Ana Cláudia Oliveira da. A implantação da Lei 11.645/2008 no Brasil: Um histórico de mobilizações e conquistas. In.: SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da. (Orgs.) *A temática indígena em sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013. p. 101 a 136 e WITTMANN, Luisa Tombini. (Org.) *Ensino (d)e História Indígena*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

8 COELHO, Mauro Cezar. COELHO, Wilma de Nazaré Baía. O ensino de história e os desafios da diversidade: a conformação da consciência histórica nos processos de implementação da Lei nº 10.638/2003. In.: MAGALHÃES, Helena Rocha Marcelo. Et. Al. *O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015. p. 284.

9 SILVA, Ana Cláudia Oliveira da. A implantação da Lei 11.645/2008 no Brasil: Um histórico de mobilizações e conquistas. In.: SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da. (Orgs.) *A temática indígena em sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013. p. 126.

# HISTÓRIA E CULTURAS

indígenas e não indígenas, desconstruindo mitos e estereótipos que insistem em permanecer na sociedade brasileira e que descaracterizam as conquistas dos povos indígenas no país.

No caso de ensino de história e cultura indígena na educação básica, é preciso registrar a escassez de obras voltadas a tal finalidade, pouco diálogo entre a produção acadêmica e a produção escolar. Da mesma forma, há sensíveis diferenças entre o ensino de história indígena no âmbito da educação indígena e o ensino de história indígena em todos os níveis da educação básica. Nota-se, também, o vigor com que perduram datas cívicas como o 19 de abril na educação infantil, as quais perpetuam, ainda hoje, estereótipos e valores equivocados a respeito dos indígenas brasileiros e de sua história<sup>10</sup>.

Além de auxiliar na efetivação da Lei 11.645/2008, o projeto de extensão buscou a aproximação da universidade e escola e da teoria e prática, tão importante para a formação docente dos futuros historiadores e professores de história, demonstrando as interfaces entre ensino/pesquisa/extensão e articulando educação e sociedade.

Destarte, o projeto possibilitou mensurar o aprendizado dos alunos nas escolas estaduais em relação à temática história e cultura indígena, evidenciando a permanência dos mitos e estereótipos que permanecem no imaginário de grande parte da sociedade brasileira, quando se aborda a história dos indígenas do Brasil. Conquanto, o projeto proporcionou a construção de um conhecimento histórico pertinente à realidade dos povos indígenas no Brasil, suas historicidades e diversidade cultural, sobretudo, das etnias presentes em Dourados e no Mato Grosso do Sul.

Quanto a outras justificativas do projeto é fato que a presença indígena nos espaços urbanos cresce a cada dia, como forma de garantir a subsistência de suas famílias, já que nas Terras Indígenas eles vêm sofrendo com a falta de alimentos e de recursos, em virtude das reduções dos territórios, desgastes do solo e aumento demográfico, entre outros fatores. Esta é uma realidade do município de Dourados e de quase todo o Mato Grosso do Sul, não sendo exagero algum estender tal situação em âmbito nacional.

Essa presença tem provocado reações diversas do poder público e de toda sociedade local, que devido à falta de conhecimento das historicidades dos indígenas, acabam adotando medidas e discursos nada condizentes com a realidade desses povos, quando não, incitando atos de violência, preconceito e desprezo. Soma-se a isto os constantes conflitos, ameaças e mortes de indígenas na região de Dourados – MS, geralmente motivados por questões territoriais.

Uma abordagem teórica interessante para subsidiar as atividades do projeto consubstancia-se em Ramón Grosfoguel, adepto de uma abordagem reflexiva *descolonializada*,

10 PEREIRA, Júnia Sales. Do colorido à cor: o complexo identitário na prática educativa. In.: GONÇALVES, Márcia de Almeida. et. al. *Qual o valor da história hoje?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 318.

# HISTÓRIA E CULTURAS

fundamentada não na *crítica pós-colonial*, mas na *crítica decolonial*<sup>11</sup>, propõe um *pensamento crítico de fronteira*, ou seja, uma das perspectivas epistêmicas que pode subsidiar teoricamente uma crítica aos fundamentalismos, sejam eles hegemônicos ou marginais:

O pensamento crítico de fronteira é a resposta epistêmica do subalterno ao projecto eurocêntrico da modernidade. Ao invés de rejeitarem a modernidade para se recolherem num absolutismo fundamentalista, as epistemologias de fronteira subsumem/redefinem a retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizadas no lado oprimido e explorado da diferença colonial, rumo a uma luta de libertação descolonial em prol de um mundo capaz de superar a modernidade eurocentrada. Aquilo que o pensamento de fronteira produz é uma redefinição/subsunção da cidadania e da democracia, dos direitos humanos, da humanidade e das relações econômicas para lá das definições impostas pela modernidade europeia. O pensamento de fronteira não é um fundamentalismo antimoderno. É uma resposta transmoderna descolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica<sup>12</sup>.

No entanto, para este autor, essa *perspectiva epistêmica decolonial* exige um cânone de pensamento mais amplo do que o cânone ocidental. Além disso, tal perspectiva teria de ser o resultado de um diálogo crítico entre diversos projetos críticos políticos/éticos/epistêmicos, apontados a um mundo entendido pluriversalmente e não a partir de um mundo universal. A descolonização do conhecimento exigiria levar a sério a perspectiva/cosmologias/visões de pensadores críticos do *Sul Global*, que pensam com e a partir de corpos e lugares étnico-raciais/sexuais subalternizados<sup>13</sup>. Assim, deve-se buscar um diálogo intercultural Norte – Sul, visando à descolonização das relações de poder no mundo moderno. Um mundo transmoderno e descolonizado que nos leve para além do eurocentrismo e de qualquer tipo de fundamentalismo<sup>14</sup>.

Acredita-se que a Teoria selecionada pode ser eficaz para uma melhoria do quadro social, político e cultural brasileiro, a partir de uma cidade localizada no interior do centro oeste. O projeto de extensão promoveu nos alunos das escolas a compreensão das historicidades das etnias indígenas, das suas lutas e reivindicações e do respeito à alteridade e do convívio democrático. Isto permitiu outras interpretações acerca da História do Brasil e uma melhor compreensão da realidade em que vivemos. Afinal, se Para José D'Assunção Barros, Teoria se relaciona ao modo de se ver as coisas e Metodologia, ao modo de fazer algo, podemos e devemos diversificar olhares e atitudes<sup>15</sup>. Para a

11 MENDES, Luís César Castrillon. Os estudos decoloniais e a desconstrução do mito da democracia racial brasileira. In: MORAES, Eulália Maria Aparecida et al. (Orgs.). *O ensino de História da África, da cultura afro-brasileira e indígena: Múltiplos olhares*. Cáceres – MT: EdUNEMAT, 2018, p. 111-131.

12 GROSFOGUEL, Ramón. *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais*: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, mar. 2008, p. 138.

13 Idem, p. 117.

14 Idem, p. 139.

15 Barros, José D'Assunção. *Teoria da História: Os primeiros paradigmas – Positivismo e Historicismo*. Petrópolis: 2014.

# HISTÓRIA E CULTURAS

História significa um ganho incomensurável, entendê-la enquanto um resultado possível, em forma de narrativa, das lutas de representação entre diversos grupos que buscam legitimidade.

## II. Universidade e escola sobre território indígena: desafios metodológicos e possibilidades teóricas

O projeto de extensão “Aproximando universidade e escola, teoria e prática: oficinas de história e cultura indígena nos campos de estágio” foi desenvolvido em sete diferentes etapas, nas suas edições até (2018 e 2019):

1. Primeiramente, após aprovação do projeto em edital da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFGD, se pensou na composição da equipe com a participação de docentes e discentes da graduação e pós-graduação do curso de história. Em relação à pós-graduação foram convidados alunos vinculados à linha História Indígena e do Indigenismo. E da graduação os discentes cursavam as disciplinas Estágio Supervisionado I e História Indígena. Tudo planejado para levar em consideração a ideia da interface entre ensino/pesquisa/extensão.

2. Em segundo, a definição das escolas estaduais e a negociação junto a essas para a participação do projeto. Dessa forma, foram escolhidas quatro escolas estaduais de Dourados – Mato Grosso do Sul, situadas em diferentes pontos geográficos da cidade (Ver Mapa 1). São elas: João Paulo dos Reis Veloso, Floriano Viegas Machado, Rita Angelina Barbosa Silveira e José Pereira Lins.

A Escola Estadual José Pereira Lins, situada à rua Flávio Seabra Calixto, bairro Cannã II, possui 490 alunos, distribuídos em 295 no Ensino Fundamental II e 195 no Ensino Médio. A Escola Estadual Ministro João Paulo dos Reis Veloso, localizada à rua João Vicente Ferreira, Jardim Tropical, possui 289 alunos no Ensino Fundamental II e 592 alunos no Ensino Médio, perfazendo um total de 881 alunos. Já a Escola Estadual Rita Angelina Barbosa Silveira, situada à rua Ignácia de Matos, bairro Estrela Porã, possui 330 alunos, sendo 231 do Ensino Fundamental II e 99 do Ensino Médio. Por fim, a Escola Estadual Floriano Viegas Machado, localizada à rua Ciro Mello, bairro Jardim Guanabara, tem 1085 alunos, assim distribuídos: 32 no Ensino Fundamental I, 392 no Ensino Fundamental II e 661 no Ensino Médio.

Percebem-se algumas discrepâncias entre elas, como por exemplo a variação do total de alunos matriculados, por se tratar de duas escolas mais centralizadas e duas mais afastadas do centro

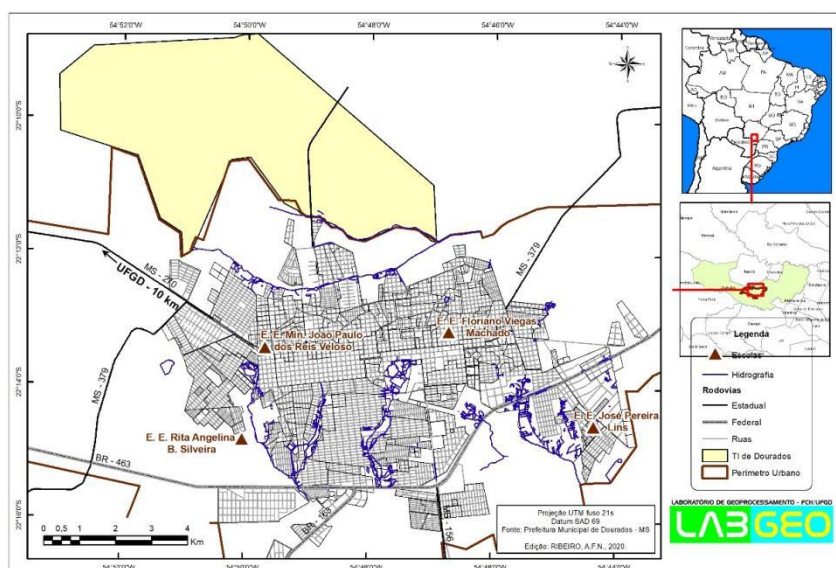


# HISTÓRIA E CULTURAS

da cidade, conforme evidencia o Mapa 1. São escolas equidistantes na cidade de Dourados, atendendo a um público mais diversificado social, econômica e culturalmente.

Outro aspecto considerado é a presença de estudantes indígenas nas escolas de Dourados-MS. Conforme informações dos gestores das quatro escolas participantes do projeto estão matriculados, no corrente ano, 28 alunos indígenas na Escola Estadual Ministro João Paulo dos Reis Veloso, que é a mais próxima da Terra Indígena Dourados. Desse total, 14 alunos estão matriculados no Ensino Fundamental II e 14 no Ensino Médio. Além disso, há um aluno indígena matriculado no Ensino Médio da Escola Estadual Floriano Viegas Machado e dois na Escola Estadual José Pereira Lins. Nessa escola a professora de Artes também é indígena. Entre as participantes do projeto somente a Escola Estadual Rita Angelina Barbosa Silveira não contempla estudante indígena matriculado.

**Mapa 1 – Município de Dourados-MS: escolas estaduais participantes do projeto de extensão e a Terra Indígena Dourados**



**Fonte:** Elaborado pelos autores e Ângelo Franco do N. Ribeiro.

3. Terceiro, a elaboração de questões para a realização das sondagens junto aos alunos do primeiro ano do ensino médio das quatro escolas selecionadas. A formulação das questões se baseou nos capítulos da obra “Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e história dos povos indígenas”, das autoras Célia Collet, Mariana Paladino e Kelly Russo, publicada em 2014. Ao todo foram seis questões:

1. Os índios do Brasil estão acabando? Justifique.



## HISTÓRIA E CULTURAS

2. O índio verdadeiro é aquele que vive pelado na floresta? Justifique.
3. Os índios são preguiçosos e primitivos? Justifique.
4. No Brasil tem muita terra para pouco índio? Justifique.
5. Os índios do Brasil falam Tupi Guarani? Justifique.
6. Os índios do Brasil vivem em ocas? Justifique.

Os integrantes da equipe do projeto percorreram as quatro escolas, em todas as salas do primeiro ano do ensino médio, nos períodos matutino e noturno, entregando uma questão para cada aluno. O procedimento era solicitar ao aluno que respondesse à questão naquele momento, baseado no seu conhecimento prévio, ou seja, o saber adquirido até então na própria escola, na sua família, nas igrejas que participam, nos meios de comunicação em geral, nas redes sociais, entre outros. Em 2018 o projeto contemplou ao todo 17 turmas, sendo 14 do período matutino e três do noturno, totalizando 411 respostas. Em 2019 foram contempladas 13 turmas, sendo 11 do matutino e duas do noturno, somando 348 respostas.

4. Quarto, as questões foram sistematizadas pela equipe do projeto de extensão, com o objetivo de analisar os conhecimentos que os alunos das escolas possuíam sobre a temática história e cultura indígena, a fim de cooperar no planejamento e organização das oficinas. Após a sistematização e análise dos resultados das sondagens, iniciaram-se os encontros/reuniões com os integrantes da equipe do projeto para a elaboração das oficinas, buscando incorporar conhecimentos da antropologia, arqueologia, história, geografia e linguística, apresentando dados demográficos e territoriais, as reduções de terras durante os processos históricos no Brasil, assim como a organização social/política/econômica dos indígenas, suas visões distintas em relação à terra, trabalho e educação e seus etnoconhecimentos, abordando o indígena enquanto sujeito histórico. Sempre considerando os dados e conteúdos pertinentes às etnias existentes no estado do Mato Grosso do Sul, sobretudo, da região de Dourados, dando enfoque à história local/regional, utilizando, por exemplo, a obra organizada por Chamorro; Combès<sup>16</sup>, entre outras.

Em ações docentes como a iniciativa deste projeto de extensão, pode servir para revermos e ressignificarmos nossa atuação nos cursos de formação inicial, que se torna cada vez mais complexa e ao mesmo tempo desafiadora. Tal complexidade advém da diversidade teórica e metodológica disponíveis, inerentes ao campo e o desafio, pelo dever de não apenas se restringir a produção/transmissão de conhecimento, mas, servir para a melhoria qualitativa da sociedade. Assim,

---

16 CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (Org.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2018.

# HISTÓRIA E CULTURAS

a disciplina de História, como as demais que compõe as chamadas ciências humanas, podem e devem proporcionar uma leitura e interpretação de mundo que possam instrumentalizar uma intervenção na vida prática dos estudantes das escolas e dos cursos de licenciatura.

Por outro lado, o ensino de História requer dos alunos uma maior capacidade de abstração, na medida em que opera em uma perspectiva diacrônica, na qual o passado é um de seus objetos de estudo. Dessa forma, uma abordagem de qualquer conteúdo pretérito não deve ser feita de forma desarticulada das demandas do tempo presente. Essa articulação visa dar à História, e outras disciplinas afins, a capacidade de formar sujeitos críticos e participativos, ou seja, aptos para exercerem a cidadania na acepção plena do termo.

Para tanto, devemos questionar, como assim o fez Selva Guimarães Fonseca<sup>17</sup> e muitos outros autores, acerca de quais concepções de história e de cidadania estão sendo forjadas atualmente. Quais memórias e identidades se privilegiam nas narrativas, currículos e legislações? As novas demandas socioculturais, tais como a articulação com novos agentes históricos, que foram discriminados como mulheres, afro-brasileiros e indígenas, como é o caso deste projeto, estão sendo contemplados?

Uma maneira eficazmente simples pode ser o trabalho com a história local, observando toda riqueza de narrativas oferecidas pela cidade, problematizando-as e identificando os agentes históricos representados (ou não) nelas. Construir o conhecimento histórico em sala de aula, a partir do cotidiano dos alunos e de seus lugares de pertencimento é fundamental. A História não pode renunciar a afirmar algo sobre os problemas contemporâneos e produzir um saber que seja significativo para a sociedade e possa ser ensinado na escola, como bem advertiu Fernando Penna<sup>18</sup>.

Ensinar é um ato político e agir politicamente é promover a emancipação de jovens e adultos, além de exercitar a prática da cidadania. O ensino de História pode se tornar um lugar de exercício da alteridade, na medida em que podemos nos deslocar para diferentes lugares e temporalidades assumindo o lugar do outro. Apesar de acharmos que o indígena há muito tempo não é o “outro”, mas sim, o “nós”. Pode-se oportunizar nas aulas, sejam elas na escola ou na academia, a inclusão de outras memórias e identidades historicamente silenciadas e/ou discriminadas. Pensamos que situar os alunos enquanto agentes históricos de seu tempo, conscientes de suas historicidades no intuito de potencializar a consciência histórica, nos termos de Jörn Rüsen, pode (e deve) ser fundamental, na

17 FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história*. Campinas: Papyrus, 2008.

18 PENNA, Fernando de Araujo. A relevância da didática para uma epistemologia da História. In: MONTEIRO, Ana Maria et al. (Org.) *Pesquisa em Ensino de História: entre desafios epistemológicos e apostas políticas*. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2014, p. 51.

# HISTÓRIA E CULTURAS

medida em que articula memória, identidade social e coletiva no sentido de intervir positivamente na vida prática<sup>19</sup>.

A produção das oficinas levou em consideração cada uma das seis questões presentes na etapa das sondagens. O objetivo era desconstruir o pensamento de que os indígenas estavam acabando, acabar com a ideia de que o verdadeiro índio vive pelado na floresta, demonstrar que os indígenas não falam Tupi, não vivem em ocas, não são preguiçosos e primitivos e, sobretudo, que os povos indígenas não têm muita terra. Conquanto, as oficinas foram organizadas para quebrar preconceitos e estereótipos que insistem em marcar presença quando se fala dos indígenas de Dourados, do Mato Grosso do Sul e de todo o Brasil.

5. Quinto, após a confecção das oficinas, com a produção dos materiais didáticos pedagógicos sobre a temática história e cultura indígena, iniciaram as atividades nas escolas, com a utilização de músicas, imagens, vídeos, trechos de filmes e documentários, fotos e demais recursos para dinamizar as oficinas, que tinham em média pouco mais de duas horas de duração. Ao todo foram realizadas oito oficinas, para atender as turmas participantes do projeto, assim distribuídas:

1. Escola José Pereira Lins (matutino);
2. Escola Rita Angelina Barbosa Silveira (matutino);
3. Escola João Paulo dos Reis Veloso (matutino 1);
4. Escola João Paulo dos Reis Veloso (matutino 2);
5. Escola João Paulo dos Reis Veloso (noturno);
6. Escola Floriano Viegas Machado (matutino 1);
7. Escola Floriano Viegas Machado (matutino 2);
8. Escola Floriano Viegas Machado (noturno);

As oficinas ocorreram nas próprias salas de aula ou algum espaço maior presente na escola, como sala de videoconferência, de informática. Nem toda escola tem espaços preparados para receber as oficinas com a aglomeração de duas ou três turmas. Alguns espaços ficaram bem apertados, com problemas de ventilação e não tão confortáveis aos alunos. De toda forma, a equipe do projeto estava sempre com seu computador, projetor, caixa de som e extensão para a execução das atividades.

No total as oficinas contemplaram aproximadamente 380 alunos em 2018 e 340 em 2019, sempre nas turmas do primeiro ano do ensino médio das 4 escolas participantes do projeto.

---

<sup>19</sup> RÜSEN, Jörn. *Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas*. Curitiba: W.A. Editores, 2012.

# HISTÓRIA E CULTURAS

Obviamente ocorreram os problemas comuns em sala de aula: alguns alunos com muito sono, outros dispersos, uso de fones de ouvido, conversa localizada etc. mas a grande maioria prestou atenção e ficou focada nas explanações dos membros da equipe, que se revezavam a cada um dos temas da oficina. Importante ressaltar a presença de alguns professores, coordenadores e gestores das escolas em determinados momentos das oficinas.

6. Sexto, ao final das oficinas foram aplicados questionários com as mesmas perguntas das sondagens: novamente uma questão para cada aluno. Os integrantes da equipe do projeto de extensão enfatizavam para que os alunos respondessem com toda a atenção, mediante os conteúdos abordados nas oficinas. Ao todo foram obtidas 354 respostas na edição de 2018 e 300 em 2019, pois como a oficina sempre se encerrava próximo ao intervalo, nem todos os alunos entregavam o papel com as respostas, por isso a diferença entre o número total de alunos participantes nas oficinas e o total de respostas.

7. Sétimo, novamente ocorreu a sistematização das respostas dos questionários, com a finalidade de se comparar o conhecimento dos alunos antes e depois das oficinas, como uma forma de mensurar os resultados e a efetividade das atividades do projeto de extensão, pensando em sua continuidade e nas oportunidades de melhorias<sup>20</sup>.

### III. O chão da escola e os resultados: reflexão na e da ação docente

Obviamente, os resultados específicos de cada questão/tema exigem um olhar atento e serão apresentados futuramente em outros estudos, assim como os detalhes e todos os conteúdos trabalhados em cada tema e a minuciosa comparação do antes e depois das oficinas, balizada pelas sondagens e pelos questionários<sup>21</sup>.

Contudo, alguns resultados já podem ser citados e analisados nesse momento. Primeiramente, conhecer a realidade do espaço escolar e perceber o pensamento e as opiniões dos sujeitos presentes na escola permitem novas reflexões e revisões no fazer história. Neste caso, a pesquisa sobre história e cultura indígena desenvolvida nos espaços acadêmicos, quando

---

20 Todo o material gerado/produzido pelo projeto de extensão, edição 2018 e 2019, foi digitalizado e está disponível para consulta/pesquisa no Acervo Docência do Laboratório de Ensino de História (LABHIS/FCH/UFGD). Conferir: ACERVO LABHIS. Projeto de extensão – Aproximando universidade e escola, teoria e prática: oficinas de história e cultura indígena nos campos de estágio. Edição 2018/2019. Laboratório de Ensino de História, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados (LABHIS/FCH/UFGD), 2018/2019.

21 A equipe envolvida no projeto está organizando um livro com todos os resultados da ação de extensão. A ideia é a publicação de um paradidático para ser distribuído nas escolas estaduais do estado do Mato Grosso do Sul.

# HISTÓRIA E CULTURAS

aproximada do espaço escolar, promove novos debates em relação aos seus pressupostos teóricos e metodológicos, seus referências e suas fontes.

O conjunto de atividades desenvolvidas no projeto abordou o ensino de história atrelando teoria e prática, diminuindo a lacuna encontrada entre universidade e escola. Mesmo porque o conhecimento histórico não pode ficar restrito aos muros da universidade, somente entre seus pares, para enriquecimento apenas de currículos e demais interesses dos pesquisadores e seus grupos de pesquisa. É preciso pensar sobre a função social do professor/historiador e do seu conhecimento histórico produzido:

A história tem, assim, um importante papel a exercer nesse mundo onde a alteridade, a multiplicidade e a diversidade social e cultural exigem um preparo subjetivo para a convivência com o diferente, sem o que temos e teremos crescentes manifestações de intolerância, xenofobia, até mesmo a revivência de discursos eugenistas e segregacionistas, além de práticas de agressão, violência e extermínio<sup>22</sup>.

As sondagens realizadas em 2018 (Tabela 1) demonstraram que aproximadamente 39% dos alunos responderam ‘SIM’ às seis questões propostas, evidenciando a falta de compreensão presente nas escolas sobre a temática história e cultura indígena. As justificativas das sondagens deixaram notórias a reprodução dos mitos e a presença dos preconceitos em relação aos povos indígenas no Brasil, mesmo no estado como Mato Grosso do Sul, que possui a segunda maior população indígena do país, atrás somente do Amazonas. Conquanto, apesar dos alunos conviverem com a presença diária dos indígenas – estão nas ruas da cidade, muitos estudam nas escolas urbanas, inclusive, nas escolas participantes do projeto, estão nas universidades, no comércio etc. – há um percentual elevado que reproduz os estereótipos comumente presentes na sociedade brasileira de uma forma geral.

Questão	Sim	Não	Total de Respostas
Os índios do Brasil estão acabando?	36	33	69
No Brasil tem muita terra para pouco índio?	22	48	70
Os índios do Brasil vivem em ocas?	18	47	65
O índio verdadeiro é aquele que vive pelado na floresta?	16	52	68
Os índios são preguiçosos e primitivos?	14	53	67
Os índios do Brasil falam Tupi Guarani?	54	18	72
<b>TOTAL</b>	<b>160</b>	<b>251</b>	<b>411</b>

22 ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In.: GONÇALVES, Márcia de Almeida. Et. Al. *Qual o valor da história hoje?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 33.

# HISTÓRIA E CULTURAS

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

As justificativas dos alunos que responderam ‘SIM’ passam pelo falso argumento de que os índios estão acabando devido às suas transformações culturais, que estão cada vez mais utilizando objetos, roupas, carros, celulares e por isso, deixando de ser índios, confundindo os conceitos identidade e cultura. Além disso, é muito comum, nas respostas dos alunos, uma interpretação vitimizadora sobre os povos indígenas, que perdem vidas em conflitos com latifundiários e que morrem em virtude das doenças. Por isso, mais da metade dos alunos respondeu afirmativamente à questão “Os índios do Brasil estão acabando?”, quando na verdade, conforme dados dos Censos Demográficos do IBGE, nas últimas três décadas a população indígena no Brasil vem crescendo.

Conquanto, entende-se o número considerado de alunos que ainda imaginam que o verdadeiro índio é o que vive pelado na floresta e que moram em ocas, pois não compreendem as historicidades de cada etnia e suas transformações culturais como qualquer outra sociedade ou indivíduo. A Tabela 1 ainda demonstra o preconceito em relação ao trabalho e aos etnoconhecimentos indígenas, pois há alunos que consideram que os índios são preguiçosos e primitivos. Em Dourados, por exemplo, a população indígena trabalha em empregos não muito “visíveis” para a sociedade não indígena, como coleta de lixo, geralmente nas frias noites e madrugadas e no corte da cana nas fazendas da região. Arelado a essa questão está o tema território, em que mais de 31% dos alunos assinalaram que os povos indígenas do Brasil tem muita terra e justificaram com um discurso muito comum na região de Dourados-MS, em que predomina o agronegócio: os índios não trabalham, não produzem, não usam a terra e só vivem de benefícios do governo. Por último, as sondagens de 2018 mostram outro aspecto infelizmente muito comum: o não reconhecimento da complexidade e da diversidade linguística das etnias indígenas no Brasil, revelando um índio genérico, falante do Tupi, quando na verdade esse é um tronco linguístico e Tupi-Guarani é uma família, portanto, não são línguas.

As respostas das sondagens foram essenciais para a elaboração das oficinas. Essas foram planejadas a partir do prévio conhecimento dos alunos das escolas. Os conteúdos enfatizaram os dados arqueológicos e demográficos dos povos indígenas no Brasil, suas diferentes habitações e casas, sua organização social, política e econômica, sua diversidade linguística e seu papel decisivo na formação histórica do Brasil.

Os dados territoriais demonstraram o processo histórico de esbulho do território indígena e a luta das diversas etnias para a conquista de seus direitos presentes na CF de 1988, apresentando alguns processos de demarcação. Na área da educação destacou o número de estudantes indígenas



# HISTÓRIA E CULTURAS

nas universidades, ocupando seus espaços em diferentes profissões, mas também enfatizou o conhecimento dos mais velhos e de toda a memória indígena, sempre levando em conta a ideia de dinamicidade cultural, pois nenhuma sociedade é detentora de uma cultura estática e imóvel. Importante ressaltar que todos os temas utilizavam exemplos das etnias presentes no estado do Mato Grosso do Sul.

Os questionários aplicados após as oficinas evidenciam a importância da realização do projeto de extensão. Os números na edição de 2018 (Tabela 2) revelam uma significativa redução nas respostas ‘SIM’. Aproximadamente 19% dos alunos responderam de forma afirmativa para as seis questões, enquanto nas sondagens esse número foi de 39%. Portanto, o número de respostas ‘SIM’ reduziu quase 50%, considerando o antes e o depois das oficinas em 2018.

14

Questão	Sim	Não	Total de Respostas
Os índios do Brasil estão acabando?	11	43	54
No Brasil tem muita terra para pouco índio?	13	43	56
Os índios do Brasil vivem em ocas?	9	55	64
O índio verdadeiro é aquele que vive pelado na floresta?	6	55	61
Os índios são preguiçosos e primitivos?	4	56	60
Os índios do Brasil falam Tupi Guarani?	25	34	59
<b>TOTAL</b>	<b>68</b>	<b>286</b>	<b>354</b>

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Embora possa ser considerado um resultado satisfatório, pois 81% dos alunos responderam ‘NÃO’ às questões, as oficinas da edição 2018 permitiram a equipe perceber os erros cometidos, aprofundar determinados conteúdos, alterar alguns aspectos metodológicos e enfatizar ainda mais dados e informações das etnias mais próximas da realidade dos alunos das escolas<sup>23</sup>. Deve-se destacar também a experiência para os acadêmicos da UFGD – alguns da equipe cursavam o primeiro ano do curso de História – importante para a edição da proposta extensionista em 2019, realizada nas mesmas 4 escolas, com novas turmas do primeiro ano do ensino médio.

<sup>23</sup> Acredita-se que a análise pormenorizada das justificativas de cada uma das questões pode apresentar novas análises e interpretações. Como dito anteriormente, um livro paradidático está sendo organizado para posterior publicação.

# HISTÓRIA E CULTURAS

Questão	Sim	Não	Total de Respostas
Os índios do Brasil estão acabando?	30	30	60
No Brasil tem muita terra para pouco índio?	18	40	58
Os índios do Brasil vivem em ocas?	14	44	58
O índio verdadeiro é aquele que vive pelado na floresta?	10	42	52
Os índios são preguiçosos e primitivos?	15	44	59
Os índios do Brasil falam Tupi Guarani?	46	15	61
<b>TOTAL</b>	<b>133</b>	<b>215</b>	<b>348</b>

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os resultados das sondagens em 2019 (Tabela 3) foram quase idênticos aos do ano anterior, em termos percentuais, tanto para o total das respostas às seis questões, quanto ao total por tema. Dessa forma, pouco mais de 38% dos alunos assinalaram ‘SIM’ para as questões e quase 62% assinalaram ‘NÃO’. Em 2019 a equipe do projeto incrementou as oficinas e foi para a sala de aula com a experiência adquirida no ano anterior. Da mesma forma foram aplicados os questionários ao final das oficinas, cujos resultados estão expostos na Tabela 4.

Questão	Sim	Não	Total de Respostas
Os índios do Brasil estão acabando?	3	42	45
No Brasil tem muita terra para pouco índio?	12	43	55
Os índios do Brasil vivem em ocas?	10	40	50
O índio verdadeiro é aquele que vive pelado na floresta?	1	49	50
Os índios são preguiçosos e primitivos?	1	52	53
Os índios do Brasil falam Tupi Guarani?	9	38	47
<b>TOTAL</b>	<b>36</b>	<b>264</b>	<b>300</b>

Fonte: Elaborado pelos autores.

A edição 2019 culminou em resultados ainda melhores, pois apenas 12% dos alunos responderam ‘SIM’ após as oficinas, enquanto 88% assinalaram ‘NÃO’ para as questões. Além disso, as justificativas das respostas ficaram mais elaboradas, com maior conteúdo, utilizando-se das informações repassadas pelas oficinas. Destaque para as questões “Os índios estão acabando?”, “Os índios são preguiçosos e primitivos?” e “O índio verdadeiro é aquele que vive pelado na floresta?”, que receberam uma única resposta afirmativa. As demais questões indicam novas reflexões e oportunidades de melhorias para a atual edição do projeto de extensão em 2020 e anos futuros.

# HISTÓRIA E CULTURAS

O que se pode afirmar é que os principais objetivos do projeto vêm sendo alcançados: contribuir para a efetivação da Lei 11.645/2008 nas escolas estaduais de Dourados - MS; promover a construção do conhecimento histórico articulado com a realidade dos alunos das escolas e dos integrantes da equipe do projeto; desconstruir estereótipos e mitos presentes nos sujeitos do espaço escolar em relação à temática história e cultura indígena; aproximar universidade e escola; e colaborar na formação docente dos acadêmicos envolvidos, permitindo a conexão teoria e prática.

Embora de suma importância, as ações do projeto de extensão são pontuais e precisam ser pensadas de forma sistêmica e contínua, pois como diz Oliveira:

Não basta mudar as valorações da narrativa convencional, informando às crianças e à opinião pública de que os índios não são maus, indolentes ou traiçoeiros. Quando trazemos para livros didáticos, exposições e entrevistas exemplos belíssimos da humanidade dos indígenas, da elevação de seus valores éticos e estéticos, elementos de que as nossas etnografias estão repletas, não somos de fato ouvidos. De pouco vale enxertar dados e imagens em uma estrutura complexa que lhes é totalmente adversa, montada para excluir ou ressignificar informações que contrariem seus pressupostos<sup>24</sup>.

É preciso lembrar que o conhecimento histórico não se constrói apenas nos espaços formais de ensino-aprendizagem (escolas e universidades). Estamos presenciando o quanto os meios de comunicação, as redes sociais, igrejas, entre outros, influenciam na produção do conhecimento histórico e na interpretação de fatos e eventos. Dessa forma, complementa Oliveira:

Nossos dados e interpretações não permanecem na cabeça das pessoas porque contraditam uma narrativa que lhes é antagônica, assentada em pressupostos não demonstrados, mas inteiramente naturalizados pelas pessoas e instituições. Assim, é importante que façamos um esforço de crítica de algumas categorias e esquemas analíticos que são aplicados em geral para compreender a presença indígena no Brasil atual. Trata-se de uma história com interpretações do Brasil baseadas em categorias coloniais e imagens reificadoras que precisam ser revistas, pois os instrumentos de essencialização com que operam não servem mais nem à pesquisa científica, nem contribuem para o aumento do protagonismo indígena. É imprescindível implodir esta narrativa, anular os seus efeitos de verdade e instituir outra chave de leitura da história do país<sup>25</sup>.

As ações desenvolvidas pelo projeto de extensão “Aproximando universidade/escola e teoria/prática: oficinas de história e cultura indígena nos campos de estágio” têm essa intenção e podem ser compreendidas como um ponto de partida importante para evidenciar uma diferente perspectiva da história, que não mais negligencie a participação indígena na formação do Brasil,

24 OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, p. 45.

25 Idem, p. 45-46.

# HISTÓRIA E CULTURAS

nem o aborde apenas de forma coadjuvante ou mero figurante, mas que insira-o nos palcos da história, enquanto protagonista, como demonstra Almeida<sup>26</sup>.

Da mesma forma, a temática indígena, trabalhada junto às escolas, ao abordar sujeitos invisibilizados pelas narrativas históricas tradicionais, pode contribuir para uma prática e um entendimento histórico mais pluralizados, além de propiciar ao professor/historiador e aos próprios alunos envolvidos no projeto, futuros estagiários e professores da educação básica e/ou superior, analisar a sua própria prática docente, amparadas pelas teorias apreendidas na graduação. Uma reflexão sobre a ação e na ação docente, o que o pedagogo estadunidense Donald Schön denominou “professor reflexivo”<sup>27</sup>. Assim, o fazer histórico efetiva-se articulando teoria, historiografia e metodologia, a partir de uma demanda sócio-política e cultural concreta, cada vez mais complexa e desafiadora.

17

## Conclusão de uma etapa

O projeto de extensão “Aproximando universidade e escola, teoria e prática: oficinas de história e cultura indígena nos campos de estágio” demonstrou eficácia nesses dois primeiros anos de atuação (2018-2019). Em primeiro lugar, proporcionou um espaço de promoção e articulação entre os conteúdos teórico-metodológicos ensinados/aprendidos durante o curso de graduação em história, com a realidade de ensino da educação escolar, encurtando as distâncias que separam a teoria da prática, contribuindo para a formação dos futuros professores e historiadores.

A participação dos sujeitos neste processo de ensino e aprendizagem possibilitou que os conhecimentos produzidos na academia, relacionados aos temas História e Cultura Indígena e Ensino de História, chegassem aos bancos escolares, como fundamentação teórica e metodológica para o desenvolvimento das oficinas. Contudo, levou em consideração as respostas dos alunos nas sondagens, pois a escola também é um local de produção de conhecimentos, não apenas de reprodução e transmissão, como enfatiza Fonseca<sup>28</sup>.

Em segundo, o projeto estabeleceu uma interface entre pesquisa/ensino/extensão, pois contou com pesquisadores da temática História Indígena e alunos do Estágio Supervisionado em uma proposta extensionista que contemplou 4 diferentes escolas de Dourados-MS. Portanto, aproximou o conhecimento acadêmico e escolar, estreitou as relações entre universidade e escola e

26 ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

27 PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. *Estágio e Docência*. São Paulo: Cortez, 2004.

28 FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história*. Campinas: Papyrus, 2008.

## HISTÓRIA E CULTURAS

possibilitou a construção de um conhecimento histórico em conjunto sobre o tema História e Cultura Indígena.

Terceiro, a ação de extensão colaborou na desconstrução de mitos e estereótipos presentes na sociedade brasileira em relação aos povos indígenas do Brasil, apontando as suas historicidades e diversidade cultural, auxiliando no atendimento ao disposto pela Lei 11.645/2008.

Conquanto, o projeto de extensão contribuiu para gerar nos alunos das escolas um novo olhar sobre os indígenas, suas histórias e suas culturas. Um primeiro passo para a mudança de uma realidade marcada pela intolerância, preconceito, ignorância e violência contra os povos indígenas no Brasil. Que novas propostas semelhantes a esta aqui apresentada possam se multiplicar pelas universidades e escolas do país e que se cumpra a função social da história, dos historiadores e do conhecimento histórico.